

GOVERNO MUNICIPAL
FARIAS BRITO
Uma Farias Brito para todos

EDITAL CONVOCATÓRIO TOMADA DE PREÇOS N. 2021.07.14.1

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Farias Brito/CE, designada através de Portaria nº 05110121/2021, de 04 de Janeiro de 2021, torna público para conhecimento dos interessados que receberá **até às 9h do dia 03 de Agosto de 2021**, em sua sede na Rua José Alves Pimentel, nº 87, Centro, Farias Brito/CE, os envelopes contendo DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - Envelope 01 e PROPOSTA DE PREÇOS - Envelope 02, relativo à Tomada de Preços n. 2021.07.14.1, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para a escolha de empresa para execução dos serviços objeto desta licitação, sob o regime de execução indireta, observadas as normas e condições da Tomada de Preços, e as disposições contidas na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, dando em seguida início à abertura dos envelopes.

Neste edital serão encontrados nomes, palavras, siglas e abreviaturas com os mesmos significados abaixo:

1. **CONTRATANTE** – Município de Farias Brito/CE, através do Fundo Geral, Fundo Municipal de Educação, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social.
2. **PROPONENTE/INTERESSADO/LICITANTE** - aqueles que participam desta Licitação.
3. **CONTRATADA** - a vencedora desta licitação.
4. **CPL** - Comissão Permanente de Licitação.

Integram o presente Edital, os seguintes anexos:

- ANEXO I - Termo de Referência (Orçamento Básico)
- ANEXO II - Formulário de Proposta Padronizada
- ANEXO III - Minuta do Contrato

1 - DO OBJETO

1.1 - Esta licitação tem por objeto a contratação de serviços a serem prestados na manutenção, instalação e recarga de gás junto às centrais de ar condicionado pertencentes às Unidades Gestoras do Município de Farias Brito/CE, conforme especificações apresentadas no Anexo I deste Edital Convocatório.

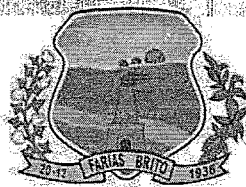
2 - DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Somente poderão participar desta licitação, as empresas inscritas no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Farias Brito/CE, ou que atendam todas as condições de cadastramento da Prefeitura, de acordo com o **Art. 22, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93**, e suas alterações posteriores.

2.2 - Poderão participar desta licitação firma individual ou sociedade comercial regularmente estabelecida neste país, que satisfaçam todas as condições deste Edital de Tomada de Preços, especificações e normas, de acordo com os anexos, partes integrantes do presente.

2.3 - Não será admitida a participação dos interessados sob forma de consórcio.

2.4 - Não poderá participar desta licitação empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da administração direta, por autarquias, fundações e empresas públicas, sociedades de economia mista e por demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.



GOVERNO MUNICIPAL
FARIAS BRITO
Uma Farias Brito para todos

27

2.5 - A licitante que pretender se fazer representar nesta licitação, deverá entregar à Comissão, juntamente com os envelopes fechados, PROCURAÇÃO PÚBLICA OU PARTICULAR. Caso seja apresentada procuração particular, esta deve ser específica para a Tomada de Preços nº 2021.07.14.1, com firma reconhecida em cartório, caso contrário, deverá ser anexado documento de identidade do outorgante para que seja confrontada a assinatura. Quando o representante for titular da empresa deverá entregar documento que comprove tal condição.

2.5.1 - No caso de cópias, estes documentos deverão ser devidamente autenticadas por cartório competente ou estarem acompanhados dos originais, sob pena de invalidação.

2.6 - Este Edital e seus Anexos serão fornecidos na sede da Comissão Permanente de Licitação, sito na Rua José Alves Pimentel, nº 87, Centro, Farias Brito/CE, em horário normal de expediente, ou ainda através dos sítios eletrônicos: **www.fariasbrito.ce.gov.br/licitacoes** e **<https://licitacoes.tce.ce.gov.br>**.

3 - DA HABILITAÇÃO

3.1 - As empresas interessadas habilitar-se-ão para a presente licitação, mediante a apresentação dos seguintes Documentos, os quais serão analisados quanto à sua autenticidade e ao seu prazo de validade:

a) Habilitação Jurídica:

a.1 - Registro Comercial, no caso de empresa individual, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do licitante.

a.2 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do licitante, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

a.3 - Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

a.4 - Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

b) Regularidade Fiscal e Trabalhista:

b.1 - Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

b.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

b.3 - Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal (relativas à Dívida Ativa da União e Secretaria da Receita Federal).

b.4 - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

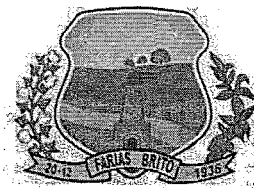
b.5 - Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

b.6 - Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS).

b.7 - Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

b.8 - Prova de regularidade junto a Justiça do Trabalho mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST.

c) Qualificação Econômico-Financeira:



GOVERNO MUNICIPAL
FARIAS BRITO
Uma Farias Brito para todos

c.1 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica.

d) Qualificação Técnica:

d.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, sendo esta feita mediante a apresentação de atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

d.1.1 - Nos casos de atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado, este deverá ser apresentado com firma devidamente reconhecida em cartório competente ou acompanhado de documento de identidade do signatário para confrontação da assinatura.

e) Outros documentos:

e.1 - Declaração emitida pela Empresa de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal.

e.2 - Declaração expressa de integral concordância com os termos deste edital e seus anexos.

e.3 - Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação.

3.2 - A documentação apresentada integrará os autos do processo e não será devolvida. A apresentação de quaisquer documentos através de cópias reprográficas sem a devida autenticação por cartório competente, Servidor da Administração ou publicação em Órgãos da Imprensa Oficial, invalidará o documento, e por consequência, inabilitará o licitante.

3.3 - Somente será aceito o documento acondicionado no envelope n. 01, não sendo admitido posteriormente o recebimento de qualquer outro documento, nem a autenticação de cópia de qualquer documento por Servidor da Administração, nem permitido à licitante fazer qualquer adendo em documento entregue à Comissão.

3.6 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope devidamente fechado, contendo o seguinte título:

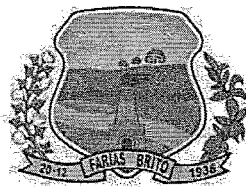
À
 Comissão Permanente de Licitação
 Prefeitura Municipal de Farias Brito/CE
 Tomada de Preços nº 2021.07.14.1
 (Razão Social da Empresa)
 Envelope nº 01 - Documentos de Habilitação

3.4 - Caso a licitante seja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar Declaração que comprove tal situação.

ORIENTAÇÕES SOBRE A FASE DE HABILITAÇÃO:

3.5 - Na forma do que dispõe o art. 42, da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n. 155, de 27 de outubro de 2016, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

3.6 - Para efeito do disposto no subitem acima, as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), por ocasião de participação neste procedimento licitatório, deverão apresentar toda a



GOVERNO MUNICIPAL
FARIAS BRITO
Uma Farias Brito para todos

29

documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

3.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

3.8 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei Federal n. 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.9 - Serão inabilitadas as licitantes que não atenderem às exigências desta Licitação referentes à fase de habilitação, bem como que apresentarem os documentos defeituosos em seu conteúdo e forma, e ainda, serão inabilitadas de forma superveniente as ME ou EPP que não apresentarem a regularização da documentação de regularidade fiscal e trabalhista no prazo definido acima.

4 - DA PROPOSTA

4.1 - A proposta deverá obedecer às especificações desta TOMADA DE PREÇOS, bem como as recomendações abaixo:

4.2 - Ser apresentada em papel timbrado da empresa, redigida em português, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada pelo representante legal da licitante.

4.3 - Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos da data marcada para seu recebimento.

4.4 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista nesta TOMADA DE PREÇOS, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais licitantes.

4.5 - Declaração de que está de acordo com todas as exigências desta TOMADA DE PREÇOS.

4.6 - As propostas deverão também ser apresentadas em envelopes fechados, rubricados no fecho, contendo o seguinte título:

À
Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Farias Brito/CE
Tomada de Preços nº 2021.07.14.1
(Razão Social da Empresa)
Envelope nº 02 - Proposta de Preços

4.7 - As propostas deverão constar, ainda:

4.7.1 - Descrição completa dos serviços a serem executados, iguais ao objeto desta licitação;

4.7.2 - Preço global por quanto a licitante se compromete a executar os serviços objeto desta Licitação, expresso em reais e em algarismo.

4.8 - Independente de declaração expressa, fica subentendido que no valor proposto estão incluídas todas as despesas necessárias à execução dos serviços, inclusive as relacionadas com:

4.8.1 - Encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros;

4.8.2 - Tributos, taxas e tarifas, emolumentos, licenças, alvarás, multas e/ou qualquer infrações;

4.8.3 - Seguros em geral, da infortunística e de responsabilidade civil para quaisquer danos e prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, gerados direta ou indiretamente pela execução dos serviços.



GOVERNO MUNICIPAL
FARIAS BRITO
Uma Farias Brito para todos

5 - DOS PROCEDIMENTOS

5.1 - Os envelopes 01 - Documentação e 02 - Proposta, todos fechados, serão recebidos pela Comissão no dia, hora e local definidos no preâmbulo deste Edital.

5.2 - Após o(a) Presidente da Comissão receber os envelopes 01 e 02, e declarar encerrado o prazo de recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido e nem serão aceitos documentos outros que não os existentes nos referidos envelopes.

5.3 Em seguida, serão abertos os envelopes contendo os documentos exigidos para fins de habilitação. A Comissão examinará os aspectos relacionados com a suficiência, a formalidade, a idoneidade e a validade dos documentos, além de conferir se as cópias porventura apresentadas estão devidamente autenticadas. Os documentos para a habilitação, poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia devidamente autenticada por cartório competente, publicação em Órgãos da Imprensa Oficial ou por Servidor da Administração.

5.4 - Os documentos de habilitação serão rubricados pelos membros da Comissão, em seguida postos à disposição dos prepostos das licitantes para que os examinem e os rubriquem.

5.5 - A Comissão examinará possíveis apontamentos feitos por prepostos das licitantes, manifestando-se sobre o seu acatamento ou não.

5.6 - Se presentes os prepostos das licitantes à sessão, o Presidente da Comissão fará diretamente a intimação dos atos relacionados com a habilitação e inabilitação das licitantes, fundamentando a sua decisão registrando os fatos em ata. Caberá aos prepostos das licitantes declararem intenção de interpor recurso, a fim de que conste em ata e seja aberto o prazo recursal. Os autos do processo estarão com vista franqueada ao interessado na presença da Comissão.

5.7 - Caso não estejam presentes à sessão os prepostos das licitantes, a intimação dos atos referidos no item anterior será feita através de publicação em Jornal de Grande Circulação no Estado ou na Imprensa Oficial, iniciando-se no dia útil seguinte à publicação o prazo de 05 (cinco) dias úteis previsto em lei para a entrega à Comissão das razões e contrarrazões de recursos a serem interpostos pelos recorrentes. A sessão será suspensa.

5.8 - Decorridos os prazos e proferida a decisão sobre os recursos interpostos, a Comissão marcará a data e horário em que dará prosseguimento ao procedimento licitatório, cuja comunicação às licitantes será feita com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data marcada, através de publicação em Jornal de Grande Circulação no Estado ou na Imprensa Oficial.

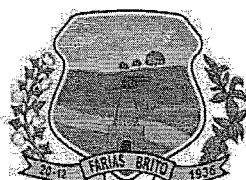
5.9 - Inexistindo recurso, ou após, proferida a decisão sobre recurso interposto, a Comissão dará prosseguimento ao procedimento licitatório. Inicialmente, será devolvido ao preposto da licitante inabilitada mediante recibo, o envelope fechado que diz conter a Proposta e demais documentos.

5.10 - Na ausência de qualquer preposto de licitante, a Comissão manterá em seu poder o referido envelope, que deverá ser retirado pela licitante no prazo de 30 (trinta) dias contados da data referida no aviso que marca a data da sessão de prosseguimento do procedimento licitatório.

5.11 - Será feita, em seguida, a abertura do Envelope 02. A Comissão conferirá se foram entregues no referido envelope a Proposta.

5.12 - Em seguida, a Comissão iniciará o JULGAMENTO. Inicialmente, serão examinados os aspectos formais da Proposta. O não atendimento a pelo menos uma das exigências deste Edital será motivo de DESCLASSIFICAÇÃO da proposta.

5.13 - A Comissão fará, então, o ordenamento das propostas das demais licitantes não desclassificadas pela ordem crescente dos preços nelas apresentados, sendo aquela que apresentar o menor preço declarada vencedora.



GOVERNO MUNICIPAL
FARIAS BRITO
Uma Farias Brito para todos

5.14 - Caso seja encontrado erro ou erros a Comissão promoverá desclassificação da proposta e fará a mesma verificação com relação à proposta da licitante que apresentou o segundo menor preço e assim sucessivamente, observada a ordem crescente dos valores das propostas de preços, até que uma mesma empresa tenha sua Proposta de Preços em conformidade com todos os requisitos do Edital.

5.15 - Caso duas ou mais licitantes que não tenham sido desclassificadas apresentem suas propostas com preços iguais, a Comissão fará sorteio para classificá-las, e adotará os procedimentos previstos neste capítulo.

5.16 - A Comissão, após os procedimentos previstos nos itens anteriores deste capítulo, suspenderá a sessão a fim de que seja lavrada Ata a ser assinada pelos membros da Comissão e pelos prepostos dos licitantes que participam da licitação.

5.17 - Se presentes os prepostos das licitantes à sessão, o Presidente da Comissão fará diretamente a intimação dos atos relacionados com o julgamento das propostas, fundamentando a sua decisão e registrando os atos em ata. Caberá aos prepostos das licitantes se manifestarem sobre a intenção de interpor ou não recurso, a fim de que conste em ata e seja aberto o prazo recursal. Os autos do processo estarão com vista franqueada ao interessado ou interessados na presença da Comissão.

5.18 - Caso não estejam presentes à sessão os prepostos das licitantes, a intimação dos atos referidos no item anterior será feita através de publicação em Jornal de Grande Circulação no Estado ou na Imprensa Oficial, iniciando-se no dia útil seguinte à publicação o prazo de 05 (cinco) dias úteis previsto em lei para a entrega a Comissão das razões de recursos a serem interpostos pelo recorrente. A sessão será suspensa.

5.19 - As dúvidas que surgirem durante as reuniões serão esclarecidas pelo Presidente da Comissão, na presença dos prepostos das licitantes.

5.20 - À Comissão é assegurado o direito de suspender qualquer sessão e marcar seu reinício para outra ocasião, fazendo constar esta decisão da Ata dos trabalhos. No caso, os envelopes ainda não abertos deverão ser rubricados pelos membros e por, no mínimo, 2 (dois) prepostos de licitantes.

5.21 - A Comissão poderá, para analisar os Documentos de Habilitação e as Propostas, solicitar pareceres técnicos e suspender a sessão para realizar diligências a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões.

5.22 - Todos os documentos ficam sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação.

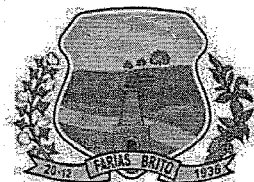
5.23 - No caso de decretação de feriado que coincida com a data designada para entrega dos envelopes 01 e 02 e suas aberturas, esta licitação se realizará no primeiro dia útil subsequente, na mesma hora e mesmo local, podendo, no entanto, a Comissão definir outra data, horário e até local, fazendo a publicação e divulgação na mesma forma do início.

5.24 - A Comissão não considerará qualquer oferta de vantagens não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas propostas das demais licitantes.

5.25 - Ocorrendo discrepância entre qualquer preço numérico ou por extenso, prevalecerá este último.

5.26 - Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, em não havendo intenção de interposição de recurso por parte de licitante, a Comissão poderá fixar às licitantes, prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas.

5.27 - Abertos os envelopes contendo as Propostas, após, concluída a fase de habilitação, não cabe desclassificar a proposta por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fato superveniente ou só conhecido após o julgamento.



GOVERNO MUNICIPAL
FARIAS BRITO
Uma Farias Brito para todos

32

5.28 - A Comissão verificará a existência de microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), para o cumprimento do constante na Lei Complementar n. 123/2006, procedendo na forma dos subitens abaixo.

5.29 - Caso a proposta classificada em 1º lugar não seja ME ou EPP, a Comissão procederá de acordo com o seguinte:

5.29.1 - Fica assegurado, como critério de desempate (Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006), preferência de contratação para as ME e EPP.

5.29.2 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta melhor classificada, depois de ordenadas as propostas de preços em ordem crescente dos preços ofertados.

5.29.3 - Para efeito do disposto no subitem 5.29.1, ocorrendo empate, a Comissão procederá da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será classificada em primeiro lugar e conseqüentemente declarada vencedora do certame;

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 5.29.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

5.29.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 5.29.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar nova proposta de preços, que deverá ser registrada em ata.

5.29.5 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

5.29.6 - Ocorrendo a situação prevista no subitem 5.29.3, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta de preços após solicitação da Comissão. Todos os atos deverão constar da ata dos trabalhos.

6 - DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

6.1 - A Comissão emitirá relatório contendo o resultado do JULGAMENTO deste Edital, com classificação das licitantes, que estará assinado pelos membros que dela participaram.

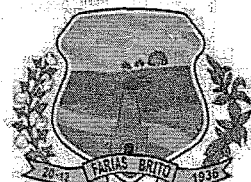
6.2 - A Homologação desta licitação e a Adjudicação do seu objeto em favor da licitante cuja proposta de preços seja classificada em primeiro lugar são da competência do(s) Ordenador(es) competente(s).

6.3 - O Ordenador competente se reserva o direito de não homologar e revogar a presente licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, mediante parecer escrito e fundamentado sem que caiba a qualquer das licitantes o direito de qualquer reclamação ou indenização.

7 - DA CONTRATAÇÃO

7.1 - O Município de Farias Brito e a licitante vencedora desta licitação assinarão contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação para este fim expedida pela Prefeitura Municipal, sob pena de decair do direito à contratação.

7.2 - A recusa injusta da licitante vencedora em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pelo órgão contratante caracteriza o



GOVERNO MUNICIPAL
FARIAS BRITO
Uma Farias Brito para todos

descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço constante de sua proposta de preços.

7.3 - A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante da Prefeitura Municipal de Farias Brito especialmente designado.

7.3.1 - O representante da Prefeitura Municipal de Farias Brito anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.3.2 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

7.4 - O prazo para o início da prestação dos serviços fica fixado em até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviços.

7.5 - O prazo de vigência do contrato será **até 31/12/2021**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, convindo às partes contratantes, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

7.6 - A prorrogação de prazo, prevista no art. 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93, deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pelo Ordenador da Despesa.

7.7 - Ocorrerá a rescisão do contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial e sem que caiba à CONTRATADA direito a indenização de qualquer natureza, ocorrendo qualquer dos seguintes casos:

7.7.1 - Não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais ou da legislação vigente;

7.7.2 - Cometimento reiterado de erros na prestação dos serviços;

7.7.3 - Decretação de concordata, falência ou dissolução da firma, ou ainda insolvência de seus sócios, gerentes ou diretores;

7.7.4 - Alteração social ou a modificação da finalidade ou de estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

7.7.5 - Razões de interesse público, de alta relevância de amplo conhecimento, justificados e determinados pela Prefeitura Municipal;

7.7.6 - O atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela Prefeitura, decorrentes dos serviços, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

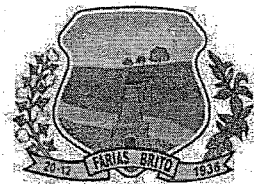
7.8 - A rescisão amigável do contrato, por acordo entre as partes, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pelo(a) Ordenador(a) de Despesas do(a) Fundo/Secretaria Contratante.

7.9 - É facultada à Prefeitura Municipal de Farias Brito, quando o convocado não assinar termo do contrato no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com este Edital, ou revogar esta licitação.

7.10 - A Prefeitura Municipal de Farias Brito poderá, a seu critério, determinar a execução antecipada de serviços, obrigando-se a CONTRATADA a realizá-los.

8 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - Obrigam-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA a cumprir fielmente os regramentos discriminados pelo Edital e respectivo Contrato originários desta Tomada de Preços, e as normas estabelecidas na Lei Federal n. 8.666/93.



GOVERNO MUNICIPAL
FARIAS BRITO
Uma Farias Brito para todos

34

CONTRATANTE

8.2 - As obrigações do CONTRATANTE são as discriminadas na Minuta Contratual, parte integrante deste Edital, independente de sua transcrição.

CONTRATADA

8.3 As obrigações da CONTRATADA são as discriminadas na Minuta Contratual, parte integrante deste Edital, independente de sua transcrição.

9 - DOS ACRÉSCIMOS E/OU SUPRESSÕES AO CONTRATO

9.1 - Ao Contratante caberá o direito de promover acréscimos ou supressões nos serviços, que se fizerem necessários, até o limite correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, mantendo-se as demais condições do contrato nos termos do art. 65, § 1º, da Lei Federal n. 8.666/93.

9.2 - Caso haja acréscimo ou diminuição no volume dos serviços este será objeto de Termo Aditivo ao contrato, após o que, será efetuado o pagamento.

10 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.1 - Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento ou de cada parcela mensal da prestação dos serviços, objeto do presente Contrato, mediante apresentação dos documentos hábeis de cobrança junto à Tesouraria da Prefeitura Municipal de Farias Brito.

10.2 - Os pagamentos serão efetuados através de transferência bancária.

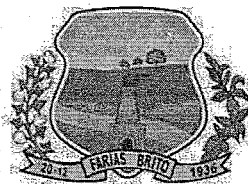
10.3 - A Prefeitura Municipal se reserva no direito de cancelar a presente TOMADA DE PREÇOS, no todo ou em parte, de acordo com as condições estabelecidas na legislação pertinente, assim como reduzir ou aumentar respeitados os limites de 25% sem que caiba à CONTRATADA o direito de reclamação ou indenização.

10.4 - Poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos serviços, desde que objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei Federal n. 8.666/93, devendo ser formalizado através de ato administrativo.

11 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 - As despesas decorrentes da respectiva contratação correrão à conta de recursos oriundos do Tesouro Municipal, com as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Unid. Orç.	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
01	01	12.122.0003.2.002.0000	3.3.90.39.00
01	02	12.122.0004.2.003.0000	3.3.90.39.00
01	03	20.122.0011.2.007.0000	3.3.90.39.00
01	04	04.122.0015.2.010.0000	3.3.90.39.00
01	05	04.122.0004.2.013.0000	3.3.90.39.00
01	06	06.181.0075.2.014.0000	3.3.90.39.00



GOVERNO MUNICIPAL
FARIAS BRITO
Uma Farias Brito para todos

35

01	06	26.122.0029.2.015.0000	3.3.90.39.00
01	07	04.122.0088.2.016.0000	3.3.90.39.00
01	07	13.392.0088.2.019.0000	3.3.90.39.00
01	07	27.812.0087.2.020.0000	3.3.90.39.00
02	02	12.122.0049.2.022.0000	3.3.90.39.00
02	02	12.361.0056.2.026.0000	3.3.90.39.00
02	02	12.365.0056.2.033.0000	3.3.90.39.00
03	01	10.122.0030.2.037.0000	3.3.90.39.00
03	01	10.301.0032.2.039.0000	3.3.90.39.00
03	01	10.301.0032.2.040.0000	3.3.90.39.00
03	01	10.301.0037.2.042.0000	3.3.90.39.00
03	01	10.301.0032.2.043.0000	3.3.90.39.00
03	01	10.302.0032.2.044.0000	3.3.90.39.00
03	01	10.302.0032.2.046.0000	3.3.90.39.00
03	01	10.303.0032.2.047.0000	3.3.90.39.00
04	01	08.122.0040.2.049.0000	3.3.90.39.00
04	01	08.244.0044.2.055.0000	3.3.90.39.00
04	01	08.244.0044.2.056.0000	3.3.90.39.00
04	01	08.244.0044.2.057.0000	3.3.90.39.00
04	01	08.244.0044.2.060.0000	3.3.90.39.00
04	01	08.244.0044.2.061.0000	3.3.90.39.00
04	01	08.244.0044.2.062.0000	3.3.90.39.00

12 - DOS RECURSOS

12.1 - Das decisões proferidas pela Administração decorrentes da presente licitação, caberá recurso de acordo com o art. 109, da Lei Federal n. 8.666/93.

12.2 - Os recursos serão dirigidos à Prefeitura Municipal de Farias Brito, por intermédio do Presidente da Comissão de Licitação, devidamente arazoado, e submetido pelo representante legal da empresa, observando-se os prazos de que trata o art. 109, da Lei Federal n. 8.666/93.

12.3 - Os recursos serão protocolados na Prefeitura e encaminhados à Comissão.

12.4 - Não serão conhecidos os recursos interpostos fora do prazo legal.

13 - DO INADIMPLEMENTO, DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES

13.1 - O Inadimplemento das obrigações previstas neste Edital e no respectivo Contrato, ou a ocorrência de quaisquer das situações descritas no art. 78, da Lei Federal n. 8.666/93, e suas demais alterações, será comunicado pela parte prejudicada à outra, mediante notificação por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com aviso de recebimento, a fim de que seja providenciada a regularização no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.2 - A não regularização poderá ensejar, a critério da parte prejudicada, a rescisão do Contrato, sem prejuízo de outras sanções, bem como no caso de não pagamento, a suspensão da prestação dos serviços pela CONTRATADA até a sua normalização.

13.3 - A CONTRATADA, pela sua inadimplência no cumprimento do contrato, enquanto durar o vínculo contratual, estará sujeita às seguintes sanções: -

13.3.1 - Advertência;

13.3.2 - Suspensão temporária do direito de participar de licitação;

13.3.3 - Impedimento de contratar com a Administração;

13.3.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.4 - A CONTRATADA pagará ao CONTRATANTE a título de multa pelo não cumprimento do estabelecido neste Edital e no respectivo Contrato, ocorrendo as seguintes situações:



13.4.1 - Atraso injustificado na execução dos serviços, causando, conseqüentemente atraso nos prazos, multa correspondente a 3% (três por cento), calculada sobre o montante total da contratação.

13.4.2 - Inexecução total ou parcial dos serviços, sem prévia justificativa, multa correspondente a 10% (dez por cento), calculada sobre o montante total da contratação.

13.4.3 - Caso ocorra qualquer uma das situações descritas no subitem anterior, ao CONTRATANTE fica desobrigada do pagamento da(s) parcela(s) restante(s), independentemente da multa pela CONTRATADA.

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - A apresentação da proposta configura que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e demais condições para o cumprimento das obrigações desta licitação.

14.2 - A contratada caberá toda e qualquer obrigação civil, penal e trabalhista decorrentes da execução do contrato.

14.3 - A contratada se obriga a manter as condições de habilitação previstas no Edital de licitação, durante a execução do contrato.

14.4 - A Comissão Permanente de Licitação atenderá aos interessados, em horário normal de expediente, de 2ª à 6ª feira, na sede da Prefeitura Municipal de Farias Brito, sito na Rua José Alves Pimentel, nº 87, Centro, Farias Brito/CE, ou pelo telefone (88) 3544-1569.

14.5 - É facultada à Comissão Permanente de Licitação, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer a instrução do processo.

14.6 - Esta Tomada de Preços poderá ser anulada em qualquer tempo, desde que seja constatada ilegalidade no processo e/ou no seu julgamento, ou revogada por conveniência da Administração, por decisão fundamentada, em que fique evidenciada a notória relevância de interesse da Prefeitura Municipal de Farias Brito, sem que caiba aos licitantes qualquer indenização.

14.7 - A documentação apresentada para fins de habilitação fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.

14.8 - O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o Contrato, na forma da Lei.

14.9 - A homologação da presente Licitação é da competência do CONTRATANTE, nos termos da Lei.

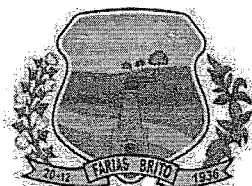
14.10 - Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Farias Brito, aplicando-se os dispositivos da Lei 8666/93 e legislação complementar.

14.11 - Das decisões da CPL caberá recurso previsto no artigo 109 da Lei Federal n. 8.666/93, e suas alterações posteriores.

14.12 - Fica eleito o foro da Comarca de Farias Brito/CE para dirimir qualquer dúvida na execução deste Edital.

Farias Brito/CE, 14 de Julho de 2021.

Antônio Cardoso de Lima
Presidente da CPL



GOVERNO MUNICIPAL
FARIAS BRITO
Uma Farias Brito para todos

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de serviços a serem prestados na manutenção, instalação e recarga de gás junto às centrais de ar condicionado pertencentes às Unidades Gestoras do Município de Farias Brito/CE.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação se faz necessária, para atender às necessidades de manutenção e instalação e recarga de gás em centrais de ar condicionado pertencentes às Unidades Gestoras do Município de Farias Brito/CE, que não dispõem de equipe especializada para os referidos serviços. Considerando também que os serviços citados se fazem necessários tendo em vista a importância de realizar periodicamente serviços de manutenção das centrais de ar condicionados pois a falta de manutenção pode causar uma série de problemas, tanto aos usuários, pois ela ajuda a diminuir a emissão de poluentes no ambiente, como nos próprios aparelhos trazendo prejuízo à administração pública, visando diminuir o consumo de energia dos aparelhos e ainda aumentando a vida útil dos mesmos.

2.2 – MENOR PREÇO GLOBAL

2.2.1 – O julgamento por menor preço global justifica-se tendo em vista que os serviços guardam compatibilidade entre si, ou seja, são similares e específicos, guardando a devida especificidade do objeto, observando-se, inclusive as regras mercadológicas para a prestação dos serviços, de modo a não prejudicar a concorrência entre os participantes, mantendo a competitividade necessária à disputa.

2.2.2 - Isto posto, adotamos o julgamento do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", por entendermos que a contratação dessa forma será mais conveniente, aumentará a uniformidade dos valores e execução dos serviços, e reduzirá os riscos de conflitos, tendo em vista a dificuldade de se gerenciar a inevitável interferência entre os serviços abrangidos por contratos diferentes.

3. ESPECIFICAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. MANUTENÇÃO

3.1.1. Sanar leves imperfeições objetivando o perfeito funcionamento dos aparelhos.

3.1.2. Serviços de revisões periódicas para garantir boas condições de funcionamento, assim como, prevenir a ocorrência de defeitos que possam causar danos aos aparelhos.

3.1.3. Tornar em perfeito estado de funcionamento as centrais de ar ocasionalmente paralisadas em decorrência de defeitos, bem como reparar as avarias existentes.

3.1.4. Os serviços de manutenção abrangem todos os itens das centrais de ar.

3.1.5. A manutenção deverá ser realizada com periodicidade quando observada a necessidade pelo Fundo Contratante, sempre mediante solicitação da mesma.

3.1.6. A manutenção inclui defeitos originados por término de vida útil dos componentes, por defeitos em peças ou sistemas, ou por motivo de colisão ou avaria.

3.1.7. Os serviços de manutenção deverão ser prestados nos locais onde as centrais de ar estiverem instaladas, conforme relação em anexo, bem como em locais que vierem a possuir aparelhos instalados. Em caso de deslocamento dos equipamentos para manutenção/serviços, todas as despesas serão por conta da contratada, a qual se responsabilizará pela coleta e devolução com valores já inclusos nos preços cotados.



3.2 INSTALAÇÃO

- 3.2.1. Instalar centrais de ar condicionado novas e usadas.
- 3.2.2. Efetuar mudança de local de centrais de ar condicionado já instaladas.
- 3.2.3. Realizar prévia vistoria nos locais onde os aparelhos serão instalados.
- 3.2.4. Executar todos os serviços necessários para a instalação, incluindo eventuais montagens e desmontagens, bem como quaisquer outros necessários para garantir o pleno funcionamento dos aparelhos.
- 3.5. Os serviços serão prestados nos locais indicados pelo Fundo Contratante, conforme relação em anexo, podendo ser em qualquer órgão/departamento da Administração Municipal localizado em toda a extensão territorial do Município.

3.3. RECARGA DE GÁS

- 3.3.1 Serão realizadas de acordo com a necessidade dos equipamentos, ou seja, sempre que os níveis de pressão não estiverem de acordo com as recomendações do fabricante, devendo ser utilizado o fluido de refrigeração e a quantidade apropriada para máxima eficiência do equipamento.
- 3.3.2. Os serviços serão prestados nos locais onde os aparelhos estiverem instalados, previamente indicados pelo Fundo Contratante, podendo ser em qualquer órgão/departamento da Administração Municipal, conforme relação em anexo, bem como em locais que vierem a possuir aparelhos instalados.
- 3.4 A Contratada deverá estar devidamente regular junto à entidade de classe competente bem como possuir pessoal técnico qualificado e capacitado e obedecer a todas as leis específicas e normas técnicas vigentes para execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

4. DO VALOR ESTIMADO

- 4.1. Conforme exigência legal, o Município de Farias Brito realizou pesquisas de preços de mercado e estimativa de custos junto a empresas atuantes no ramo do objeto licitado, utilizando-se como base legal a Instrução Normativa nº 73, de 05 de Agosto de 2020.
- 4.2. Foi utilizada como metodologia para obtenção do preço estimado para a futura contratação o menor dos valores obtidos nas pesquisas de preços, conforme Art. 6º da supracitada instrução, sendo assim, o valor máximo admitido para esta contratação é de **R\$ 175.864,00 (cento e setenta e cinco mil e oitocentos e sessenta e quatro reais)**, conforme planilha abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço de manutenção em centrais de ar condicionado com capacidade até 12.000 btu's.	Serviço	290	180,00	52.200,00
2	Serviço de manutenção em centrais de ar condicionado com capacidade a partir de 18.000 btu's.	Serviço	190	130,00	24.700,00
3	Serviço de instalação de centrais de ar condicionado com capacidade até 12.000 btu's.	Serviço	44	280,00	12.320,00
4	Serviço de instalação de centrais de ar condicionado com capacidade de 18.000 a 30.000 btu's.	Serviço	36	479,00	17.244,00
5	Serviço de instalação de centrais de ar condicionado com capacidade acima de 30.000 btu's.	Serviço	20	670,00	13.400,00
6	Recarga de gás para centrais de ar condicionado.	Serviço	200	280,00	56.000,00
				Total:	175.864,00



5. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1. O futuro contrato terá vigência **até 31/12/2021**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, convido às partes contratantes, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

6. ORIGEM DOS RECURSOS

6.1. As despesas do futuro Contrato correrão por conta de recursos oriundos do Tesouro Municipal, previstos na(s) Dotação(ões) Orçamentária(s) discriminada(s) no Edital Convocatório.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento dos produtos fornecidos será efetuado pela Administração, mensalmente, obedecidas as requisições, em moeda corrente, conforme o valor apresentado na fatura correspondente e certificado pelo setor competente limitando-se o desembolso máximo em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros do Tesouro Municipal, em prazo não superior a 30 (trinta) dias.

7.2. O pagamento será efetuado através de Transferência Bancária.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. As obrigações da CONTRATANTE são as discriminadas na Minuta Contratual, parte integrante do Edital, independente de sua transcrição.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. As obrigações do(a) CONTRATADO(A) são as discriminadas na Minuta Contratual, parte integrante do Edital, independente de sua transcrição.

Farias Brito/CE, 12 de Julho de 2021.




Samuel Linhares Maciel
Ordenador de Despesas do Fundo Geral



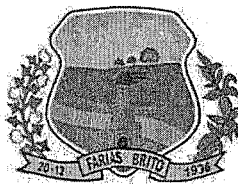
Aliomar Liberalino de Almeida Júnior
Secretário Municipal de Educação



Maria Marcleide do Nascimento Laet Rafael
Secretária Municipal de Saúde



Antônia da Penha Sena Pierre
Secretária Municipal de Assistência Social

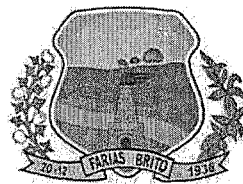


GOVERNO MUNICIPAL
FARIAS BRITO
Uma Farias Brito para todos

RELAÇÃO DE CENTRAIS DE AR CONDICIONADO

ITEM	SETOR/DEPARTAMENTO/ÓRGÃO	LOCALIZAÇÃO (DISTÂNCIA APROXIMADA DA SEDE DO MUNICÍPIO)	QTDE.	CAPACIDADE DOS APARELHOS										
				7000	9000	10000	12000	18000	22000	24000	28000	30000	35000	36000
1	Fundo Geral													
1.1	Gabinete do Prefeito	Sede do Município	1				1							
1.2	Secretaria Municipal de Administração e Finanças	Sede do Município	1											
1.2.1	Gabinete	Sede do Município	1				1							
1.2.2	Almoxarifado	Sede do Município	1				1							
1.2.3	Licitação	Sede do Município	2		2									
1.2.4	Contabilidade	Sede do Município	2				1		1					
1.2.5	Tesouraria	Sede do Município	1					1						
1.2.6	Recursos Humanos	Sede do Município	1							1				
1.2.7	Tributação	Sede do Município	3				2	1						
1.2.8	Junta Militar	Sede do Município	1				1							
1.3	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Sede do Município	4				4							
1.4	Secretaria Municipal de Infraestrutura	Sede do Município	4				4							
1.5	Procuradoria Geral do Município	Sede do Município	2				1	1						
1.6	Secretaria Municipal de Transportes	Sede do Município												
1.6.1	Gabinete	Sede do Município	1				1							
1.6.2	Departamento Municipal de Trânsito	Sede do Município	5		5									
1.7	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Juventude	Sede do Município												
1.7.1	Centro Cultura Maria Marieta Pereira Gomes	Sede do Município	6		1		2	3						
1.7.2	Biblioteca Pública Municipal Francisco Matias de Sousa – O Maninho	Sede do Município	2					2						
		Total:	37	0	8	0	19	8	1	1	0	0	0	0
2	Fundo Municipal de Educação													
2.1	Secretaria Municipal de Educação	Sede do Município	12			1	8	1	2					
2.2	CEI Joana Alves	Sede do Município	10				1	8				1		
2.3	EEF Santa Bárbara	Sede do Município	12				3	2		7				
2.4	EEF Antônio Paes de Andrade	Sede do Município	18				2	3		13				
2.5	EEI Maria Gracildes Ribeiro	Sede do Município	1		1									
2.6	EEF Maria Carmosina Pinheiro Rodrigues	Sede do Município	15		1		2	3		8				1

[Handwritten signatures and initials]

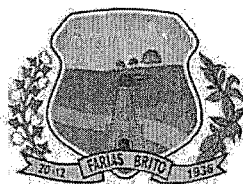


GOVERNO MUNICIPAL
FARIAS BRITO
Uma Farias Brito para todos

2.7	EEI Cícero Rodrigues de Araújo	Vila Lamedouro (5 km)	1			1								
2.8	EEI Raimunda de Sousa Lacerda	Vila Lamaju (5 km)	3			1				2				
2.9	CEI 1º de Maio	Distrito de Nova Betânia (6 km)	3					3						
2.10	EEF Francisco Castelo de Castro	Distrito de Nova Betânia (6 km)	11			2	8		1					
2.11	EEIEF Joaquim Pereira de Sousa	Sítio Sousa (5 km)	8	1		4	2		1					
2.12	EEIEF Antão Pereira e Silva	Vila Umari (7 km)	3				3							
2.13	EEIEF Evaldo Gonçalves de Pinho	Vila Monte Pio (12 km)	7	2		2	3							
2.14	EEI Macário Moreira	Distrito de Quincuncá (12 km)	2				2							
2.15	EEF Cosmo Alves Pereira	Distrito de Quincuncá (12 km)	14				14							
2.16	EEF Pedro Fernandes	Distrito de Cariutaba (15 km)	14	4			10							
2.17	EEIEF Isaac de Alcântara Costa	Sítio Carás (16 km)	16	16										
2.18	EEIEF Duque de Caxias	Vila Lagoa Seca (16 km)	1				1							
2.19	EEIEF Joaquim Ferreira dos Santos	Vila Barreiro do Jorge (19 km)	14	1	3		10							
		Total:	165	1	28	2	25	73	2	30	2	1	0	1
3	Fundo Municipal de Saúde			7000	9000	10000	12000	18000	22000	24000	28000	30000	35000	36000
3.1	Secretaria Municipal de Saúde	Sede do Município	12				7	2	2			1		
3.2	Hospital Geral de Farias Brito	Sede do Município	24	1			17	5		1				
3.3	Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	Sede do Município	7				5			2				
3.4	Centro de Especialidades Odontológicas	Sede do Município	3				3							
3.5	CRAO	Sede do Município	6	1			5							
3.6	CAF	Sede do Município	3				1	2						
3.7	SAMU	Sede do Município	2				2							
3.8	PSF Sede I	Sede do Município	8	5			3							
3.9	PSF Sede II	Sede do Município	5	3			2							

[Handwritten signature]

[Handwritten signature] *[Handwritten signature]* *[Handwritten signature]*

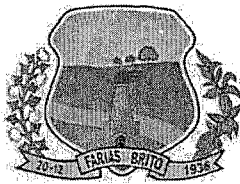


GOVERNO MUNICIPAL
FARIAS BRITO

Uma Farias Brito para todos

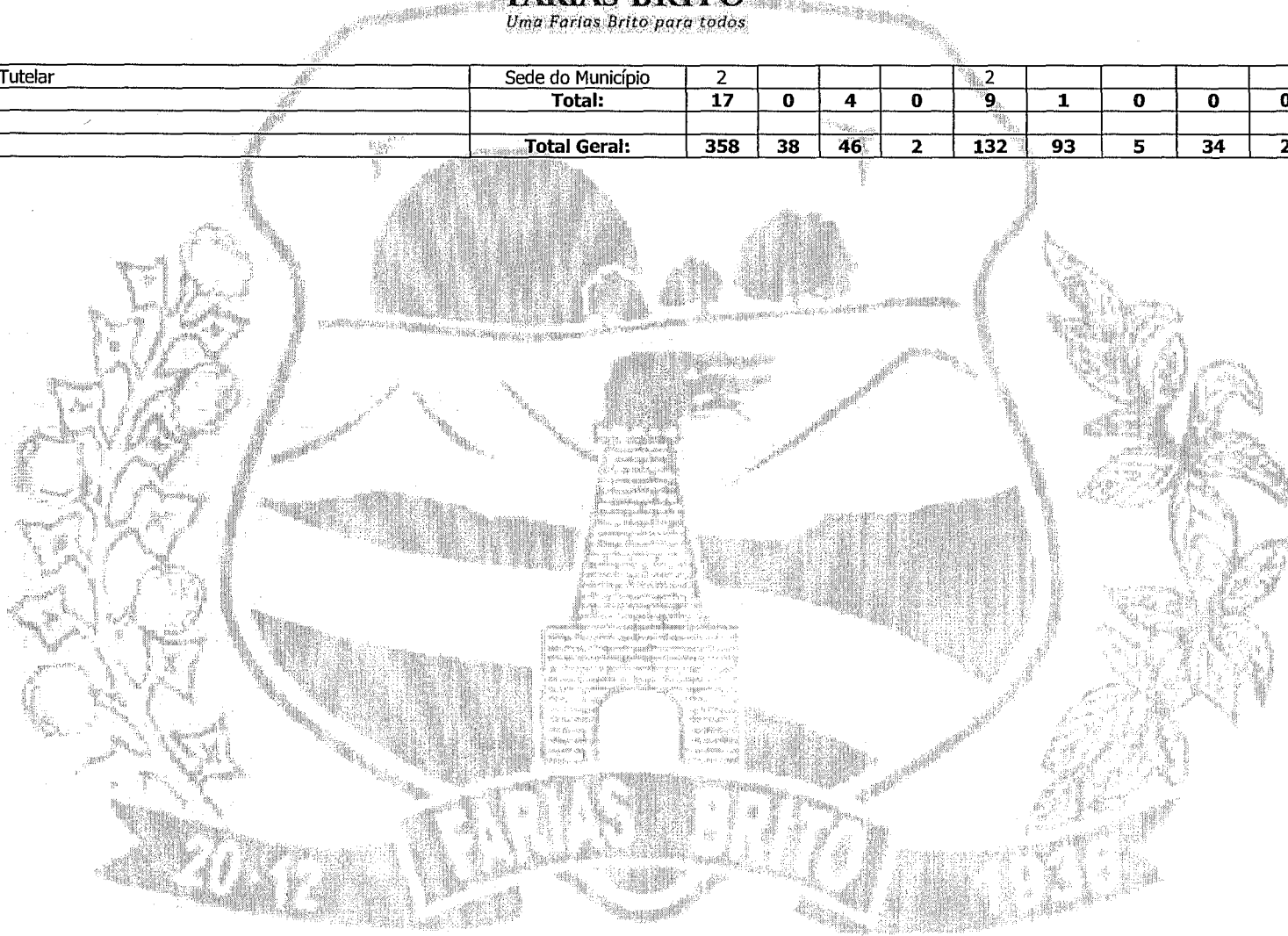
3.10	Sentinela	Sede do Município	8				6	2									
3.11	Posto de Apoio	Vila Lambedouro (5 km)	4	3			1										
3.12	ESF Lamaju	Vila Lamaju (5 km)	5				5										
3.13	ESF Nova Betânia	Distrito de Nova Betânia (6 km)	4	2	1		1										
3.14	Posto de Apoio	Sítio Sousa (5 km)	4	3			1										
3.15	Posto de Apoio	Vila Umari (7 km)	4		3		1										
3.16	Posto de Apoio	Sítio São João (8 km)	3	2			1										
3.17	PSF Monte Pio	Vila Monte Pio (12 km)	3				3										
3.18	ESF Quincuncá	Distrito de Quincuncá (12 km)	5	3			2										
3.19	Posto de Apoio	Sítio São Vicente (13 km)	5	3			2										
3.20	ESF Cariutaba	Distrito de Cariutaba (15 km)	4	3			1										
3.21	ESF Carás	Sítio Carás (16 km)	6	3			3										
3.22	Posto de Apoio	Sítio Baraúnas (17 km)	6				6										
3.23	ESF Barreiro do Jorge	Vila Barreiro do Jorge (19 km)	5	5													
3.24	Posto de Apoio	Sítio Queimadas (16 km)	3	2			1										
		Total:	139	37	6	0	79	11	2	3	0	1	0	0			
4	Fundo Municipal de Assistência Social						7000	9000	10000	12000	18000	22000	24000	28000	30000	35000	36000
4.1	Secretaria Municipal de Assistência Social	Sede do Município	3				3										
4.2	Centro Social Urbano - CSU	Sede do Município	6		2			1							3		
4.3	Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS	Sede do Município	3				3										
4.4	Índice de Gestão Descentralizada - PBF	Sede do Município	2		2												
4.5	Centro de Referência da Assistência Social - CRAS	Distrito de Quincuncá (12 km)	1				1										

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



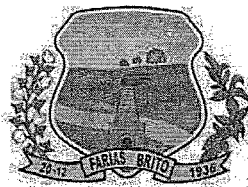
GOVERNO MUNICIPAL
FARIAS BRITO
Uma Farias Brito para todos

4.6	Conselho Tutelar	Sede do Município	2					2							
		Total:	17	0	4	0	0	9	1	0	0	0	0	3	0
		Total Geral:	358	38	46	2	132	93	5	34	2	2	3	1	



[Handwritten signatures and marks]

[Handwritten mark]



GOVERNO MUNICIPAL
FARIAS BRITO
Uma Farias Brito para todos

44

ANEXO II PROPOSTA PADRONIZADA

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Farias Brito.

Pela presente declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, bem como às cláusulas e condições da modalidade **Tomada de Preços N.º 2021.07.14.1.**

Declaramos ainda a inexistência de fato que nos impeça de participar da mencionada licitação. Assumimos o compromisso de bem e fielmente executar os serviços especificados no Anexo I, caso sejamos vencedor(es) da presente licitação.

OBJETO: Contratação de serviços a serem prestados na manutenção, instalação e recarga de gás junto às centrais de ar condicionado pertencentes às Unidades Gestoras do Município de Farias Brito/CE, conforme especificações constantes no Edital Convocatório.

Item	Especificação	Unidade	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
01	Serviço de manutenção em centrais de ar condicionado com capacidade até 12.000 btu's.	Serviço	290		
02	Serviço de manutenção em centrais de ar condicionado com capacidade a partir de 18.000 btu's.	Serviço	190		
03	Serviço de instalação de centrais de ar condicionado com capacidade até 12.000 btu's.	Serviço	44		
04	Serviço de instalação de centrais de ar condicionado com capacidade de 18.000 a 30.000 btu's.	Serviço	36		
05	Serviço de instalação de centrais de ar condicionado com capacidade acima de 30.000 btu's.	Serviço	20		
06	Recarga de gás para centrais de ar condicionado.	Serviço	200		
				Total:	

Valor Total da Proposta: R\$

Proponente:

Endereço:

C.N.P.J.:

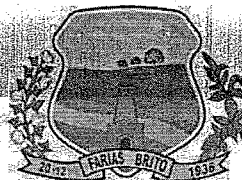
Data da Abertura:

Hora da Abertura:

Validade da Proposta: 60 dias

Data:

.....
Assinatura do Proponente



GOVERNO MUNICIPAL
FARIAS BRITO
Uma Farias Brito para todos

45

ANEXO III MINUTA DO CONTRATO

Contrato de prestação de serviços firmado entre o Município de Farias Brito/CE, através do Fundo e, para o fim que nele se declara.

O **MUNICÍPIO DE FARIAS BRITO**, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.595.572/0001-00, através do Fundo, neste ato representado pelo(a), o(a) Sr.(a), inscrite(a) no CPF nº, apenas denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado, estabelecida na, inscrita(o) no CNPJ sob o nº, neste ato representada por, inscrito no CPF nº, apenas denominada de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato, tendo em vista o resultado da Licitação na modalidade Tomada de Preços nº 2021.07.14.1, tudo de acordo com as normas gerais da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, mediante cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 - Processo de Licitação na modalidade Tomada de Preços nº 2021.07.14.1, de acordo com o § 2º, do art. 22, da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente homologado pelo(a) Sr.(a)

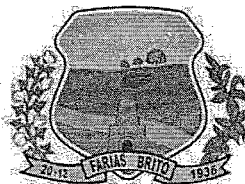
CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de serviços a serem prestados na manutenção, instalação e recarga de gás junto às centrais de ar condicionado pertencentes às Unidades Gestoras do Município de Farias Brito/CE, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Convocatório, nos quais a CONTRATADA sagrou-se vencedor(a), na forma discriminada no quadro abaixo:

CLAUSULA TERCEIRA - DA ESPECIFICAÇÃO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. MANUTENÇÃO

- 3.1.1. Sanar leves imperfeições objetivando o perfeito funcionamento dos aparelhos.
- 3.1.2. Serviços de revisões periódicas para garantir boas condições de funcionamento, assim como, prevenir a ocorrência de defeitos que possam causar danos aos aparelhos.
- 3.1.3. Tornar em perfeito estado de funcionamento as centrais de ar ocasionalmente paralisadas em decorrência de defeitos, bem como reparar as avarias existentes.
- 3.1.4. Os serviços de manutenção abrangem todos os itens das centrais de ar.
- 3.1.5. A manutenção deverá ser realizada com periodicidade quando observada a necessidade pelo CONTRATANTE, sempre mediante solicitação da mesma.
- 3.1.6. A manutenção inclui defeitos originados por término de vida útil dos componentes, por defeitos em peças ou sistemas, ou por motivo de colisão ou avaria.



3.1.7. Os serviços de manutenção deverão ser prestados nos locais onde as centrais de ar estiverem instaladas, conforme relação em anexo, bem como em locais que vierem a possuir aparelhos instalados. Em caso de deslocamento dos equipamentos para manutenção/serviços, todas as despesas serão por conta da CONTRATADA, a qual se responsabilizará pela coleta e devolução com valores já inclusos nos preços cotados.

3.2 INSTALAÇÃO

3.2.1. Instalar centrais de ar condicionado novas e usadas.

3.2.2. Efetuar mudança de local de centrais de ar condicionado já instaladas.

3.2.3. Realizar prévia vistoria nos locais onde os aparelhos serão instalados.

3.2.4. Executar todos os serviços necessários para a instalação, incluindo eventuais montagens e desmontagens, bem como quaisquer outros necessários para garantir o pleno funcionamento dos aparelhos.

3.5. Os serviços serão prestados nos locais indicados pelo Fundo Contratante, conforme relação em anexo, podendo ser em qualquer órgão/departamento da Administração Municipal localizado em toda a extensão territorial do Município.

3.3. RECARGA DE GÁS

3.3.1. Serão realizadas de acordo com a necessidade dos equipamentos, ou seja, sempre que os níveis de pressão não estiverem de acordo com as recomendações do fabricante, devendo ser utilizado o fluido de refrigeração e a quantidade apropriada para máxima eficiência do equipamento.

3.3.2. Os serviços serão prestados nos locais onde os aparelhos estiverem instalados, previamente indicados pelo Fundo Contratante, podendo ser em qualquer órgão/departamento da Administração Municipal, conforme relação em anexo, bem como em locais que vierem a possuir aparelhos instalados.

3.4 A CONTRATADA deverá estar devidamente regular junto à entidade de classe competente bem como possuir pessoal técnico qualificado e capacitado e obedecer a todas as leis específicas e normas técnicas vigentes para execução dos serviços objeto deste Contrato.

3.5 - A CONTRATADA se obriga a executar os serviços, ora contratados, no regime de execução indireta.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO

4.1 - O objeto contratual tem o valor total de R\$

4.2 - Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento ou de cada parcela mensal da prestação dos serviços, objeto do presente Contrato, mediante apresentação dos documentos hábeis de cobrança junto à Tesouraria da Prefeitura Municipal de Farias Brito.

4.3 - Os pagamentos serão efetuados através de transferência bancária.

4.4 - O CONTRATANTE se reserva no direito de cancelar a presente Tomada de Preços, no todo ou em parte, de acordo com as condições estabelecidas na legislação pertinente, assim como reduzir ou aumentar respeitados os limites da Lei nº 8.666/93, sem que caiba a CONTRATADA o direito de reclamação ou indenização.



4.5 - Poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos serviços, desde que objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93, devendo ser formalizado através de ato administrativo.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1 - O presente contrato terá vigência **até 31/12/2021**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, convindo às partes contratantes, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA SEXTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

6.1 - As despesas deste Contrato correrão por conta de recursos oriundos do Tesouro Municipal, previstos na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unid. Orç.	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
.....

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 – O CONTRATANTE obriga-se a:

7.1.1 - Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento do Edital, Termo de Referência e Contrato, bem como zelo na prestação dos serviços e o cumprimento dos prazos.

7.1.2 - Prestar as informações e esclarecimentos necessários à CONTRATADA para que esta possa realizar os serviços dentro do prazo e normas estabelecidas no presente contrato.

7.1.3 - Exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que não mereça a sua confiança ou ainda que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas.

7.1.4 - Atestar o recebimento dos serviços contratados, notificando a CONTRATADA, caso haja algum problema verificado.

7.1.5 - Solicitar a reparação do objeto contratado, que esteja em desacordo com a especificação ou apresentar defeito.

7.1.6 - Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecido neste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - A CONTRATADA obriga-se a:

8.1.1 - Manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.1.2 - Não proceder à execução de serviços sem prévia emissão da correspondente Requisição pelo CONTRATANTE.

8.1.3 - Prestar os serviços licitados em estrita conformidade com as especificações deste instrumento e do Termo de Referência, os quais serão executados em local indicado pelo CONTRATANTE.

8.1.4 - Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, ao

CONTRATANTE ou a terceiros, bem como por danos causados diretamente aos equipamentos enquanto estiverem sob a sua guarda.

8.1.5 - Utilizar nos serviços prestados somente profissionais qualificados para tal fim.

8.1.6 - Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação necessário à execução do objeto contratual, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como de deslocamento, hospedagem e alimentação.

CLÁUSULA NONA - DAS PROIBIÇÕES

9.1 - É vedado à(ao) CONTRATADA a subcontratação dos serviços, parcial ou total, sem a prévia e expressa anuência e autorização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO INADIMPLEMENTO

10.1 - O Inadimplemento das obrigações previstas no presente Contrato, ou a ocorrência de quaisquer das situações descritas no Art. 78, da Lei 8.666/93, e suas demais alterações, será comunicado pela parte prejudicada à outra, mediante notificação por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com aviso de recebimento, a fim de que seja providenciada a regularização no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.2 - A não regularização poderá ensejar, a critério da parte prejudicada, a rescisão do Contrato, sem prejuízo de outras sanções, bem como no caso de não pagamento, a suspensão da prestação dos serviços pela CONTRATADA até a sua normalização.

10.3 - A CONTRATADA, pela sua inadimplência no cumprimento do contrato, enquanto durar o vínculo contratual, estará sujeita às seguintes sanções:

10.3.1 - advertência;

10.3.2 - suspensão temporária do direito de participar de licitação;

10.3.3 - impedimento de contratar com a Administração;

10.3.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 - A CONTRATADA pagará ao CONTRATANTE a título de multa pelo não cumprimento do estabelecido no presente Contrato, ocorrendo as seguintes situações:

11.2 - Atraso injustificado na execução dos serviços, causando, conseqüentemente atraso nos prazos, multa correspondente a 3% (três por cento), calculada sobre o montante total da contratação.

11.3 - Inexecução total ou parcial dos serviços, sem prévia justificativa, multa correspondente a 10% (dez por cento), calculada sobre o montante total da contratação.

11.3.1 - Caso ocorra qualquer uma das situações descritas no subitem anterior, ao CONTRATANTE fica desobrigada do pagamento da(s) parcela(s) restante(s), independentemente da multa pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 - O não cumprimento das disposições especificadas neste Contrato implicará automaticamente em quebra de Contrato, ensejando rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal 8.666/93, reconhecidos desde já os Direitos da Administração, com relação às normas contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento dispostas no presente Instrumento.

12.2 - O presente contrato é rescindível ainda, independentemente de qualquer interpelação judicial ou Extrajudicial, nos casos de:





GOVERNO MUNICIPAL
FARIAS BRITO
Uma Farias Brito para todos

12.2.1 - Omissão de pagamento pelo CONTRATANTE;

12.2.2 - Inadimplência de qualquer de suas cláusulas por qualquer uma das partes;

12.2.3 - Acerto em comum acordo por iniciativa de uma das partes, mediante aviso por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, sem ônus para ambas as partes.

12.2.4 - No caso de não cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato, a parte que se sentir prejudicada poderá rescindi-lo sem que se faça necessário uma comunicação por escrito com a antecedência definida no subitem anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

13.1 - Quaisquer alterações que venham a ocorrer na execução dos serviços serão efetuadas mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

14.1 - Este contrato deverá ser publicado por afixação em local de costume, até o quinto dia útil do mês subseqüente ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato é o da Comarca de Farias Brito/CE, excluindo-se qual outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva de acordo entre elas celebrado.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Farias Brito/CE,

.....
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

Testemunhas:

1) CPF nº

2) CPF nº